



SAÚDE

Dengue acende sinal vermelho no Brasil

Até o momento, 12 mortes foram confirmadas e outras 85 estão sob investigação. Ontem, Minas decretou situação de emergência

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ontem, governo de Minas Gerais decretou situação de emergência em decorrência dos 11.490 casos confirmados no estado

» MAYARA SOUTO

O cenário epidemiológico da dengue no Brasil está cada vez mais grave. Nos primeiros 27 dias de 2024 já ocorreram 12 mortes em decorrência da doença — sendo que há ainda 85 em investigação — e mais de 120 mil casos prováveis em todo país. Os dados são do Painel de Arboviroses do Ministério da Saúde, atualizados ontem. Devido à situação, Acre, Distrito Federal e Minas Gerais decretaram situação de emergência.

O governo de Minas Gerais publicou, ontem, decreto emergencial em virtude das 11.490 confirmações de dengue nas três primeiras semanas do ano. A medida permite que o governador tome atitudes administrativas para conter o avanço da doença — como a aquisição de insumos, materiais, e contratação de serviços necessários. O texto ainda instala o Centro de Operações de Emergências de Arboviroses, coordenado pela Secretaria de Saúde, para acompanhar a evolução dos casos. O decreto tem vigor de 180 dias.

Conforme o painel, apesar de Minas Gerais estar em terceiro lugar no número de incidência da dengue, os casos prováveis contabilizam 34.198 — mais que todos os outros estados que formam o ranking. A possível confirmação da doença nessas pessoas pode inserir MG em patamar similar ao mais grave do Brasil atualmente.

O Distrito Federal lidera a taxa de incidência de dengue por 100 mil habitantes. O valor (551,7)

é mais que o dobro do registrado no Acre e três vezes mais alto do que Minas Gerais. Em apenas três semanas, o número de registros chegou a 17.150 — que é 646% superior ao mesmo período de 2023. Desde a última quinta-feira, o DF está em estado de emergência. O governo afirmou

que há risco de epidemia. **(Leia mais nas páginas 13 e 14)**

O Acre foi a primeira unidade a declarar situação de emergência por conta da dengue, ainda na primeira semana de 2024. Naqueles dias, o número de contaminados chegou a 1.205 — 800% a mais (133 infectados) que o mesmo período

do ano anterior. “Esse decreto foi publicado para que fosse desenhado um plano de ação que já está pronto, com orientações a cada nível de gestão, municipal, estadual e da União. Com isso, queremos também garantir repasses mais efetivos”, destacou o secretário de Saúde do Acre, Pedro Pascoal.

Imunização

O quarto estado com maior taxa de incidência da dengue é o Paraná (145,1). Na sexta-feira, a Secretaria de Saúde do estado enviou ofício ao Ministério da Saúde reclamando do número de doses que receberia da

vacina Qdenga. O imunizante do laboratório Takeda será fornecido, inicialmente, para 16 estados e o Distrito Federal.

Trinta municípios do Paraná receberão as doses. Porém, a nota diz que “são insuficientes diante do cenário epidêmico”. O número de cidades paranaenses, no entanto, é maior do que o de estados com maior incidência da doença. Minas Gerais, por exemplo, receberá as vacinas em 22 cidades. No Acre, as unidades serão encaminhadas a 11.

Segundo a Secretaria de Saúde do Paraná, o estado tem 16.693 casos confirmados em 279 municípios dentro do atual ciclo epidemiológico. O texto ainda informa que o Paraná pode começar a imunização a qualquer momento, antes mesmo da previsão do governo federal, marcada para fevereiro. O esquema vacinal é composto por duas doses com o intervalo de três meses entre elas.

Inicialmente, serão disponibilizadas 757 mil doses da vacina para todo o país. Pela insuficiência de imunizantes, devido à limitação de produção, o Ministério da Saúde adotou critérios de prioridade para distribuí-los. Os 521 municípios e o Distrito Federal têm algumas particularidades: são cidades de grande porte (com mais de 100 mil habitantes) que apresentam alta transmissão da dengue; apresentaram os maiores números de casos em 2023 e 2024; e convivem com o sorotipo DENV2 (considerado com maior chance de agravamento) predominante.

MEIO AMBIENTE

Cresce o desmatamento no Cerrado

» MARINA DANTAS*

Em 2023, o Cerrado teve 7.828km² de matas devastadas, área 43,2% maior que a registrada em 2022. De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em comparação com os últimos 6 anos, 2023 foi o pior período para o Cerrado, bioma que se estende por 13 estados brasileiros.

Em um recorte geográfico, a região conhecida como Matopiba foi a que mais sofreu com o desmatamento. Formada pelos estados do Maranhão, Tocantins, Bahia e Piauí, a localidade concentra cerca de 75% de todo o desmatamento do Cerrado em 2023.

A situação não é diferente em Porteirinha, Norte de Minas Gerais. Moradora do município, Lourdes Nascimento, 60 anos, é coordenadora geral da Rede Cerrado e agricultora familiar, e vive de perto o problema. “O desmatamento provoca primeiro a questão das irregularidades das chuvas. Ninguém consegue ter mais segurança para plantar e para colher. Solo pobre, chuvas desreguladas e leva toda a proteção do solo”, relata.

Urgência

“A situação do Cerrado é extremamente crítica”, afirma a especialista em Conservação do WWF-Brasil, Ana Carolina Crisostomo. A soma do processo de

desmatamento à crise de chuvas na região agravam os problemas da savana brasileira.

“As chuvas estão muito abaixo da média mostrando que o clima está mais quente e mais seco. Isso reduz muito as vazões dos grandes rios”, explica Crisostomo. A crise hídrica no ecossistema pode gerar impactos em diversas outras instâncias naturais ao redor do país. A água que nasce no Cerrado, e que corresponde a 12 bacias hidrográficas do Brasil, corre no Planalto Central para a região Sul, para a região do Prata, para a Amazônia e para o Nordeste.

Tragédia consentida

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), mais da metade do desmatamento no Cerrado é autorizado pelos estados, onde o Código Florestal permite o desflorestamento de 80% da área vegetal nativa em propriedades privadas.

Na interpretação do coordenador da Rede Cerrado e diretor da Fundação Pró-Natureza (Funatura), Pedro Bruzzi Lion, essa situação gera uma área remanescente de vegetação nativa passível de desmatamento, onde as áreas privadas do Cerrado representam, em média, 27 a 30 milhões de hectares.

“É preciso investir em tecnologias, na integração de sistemas operados pelos Estados e pelo Governo Federal, e maior

transparência e aprimoramento dessas ASVs (Autorizações de Supressão Vegetal) para aumentar o controle do desmatamento no Cerrado”, comenta Lion.

O agronegócio também se faz presente no processo de desmatamento do Cerrado, o que pode se configurar como uma contradição, uma vez que é o setor que mais depende dos regimes ecossistêmicos como o regime de chuvas e a fertilidade do solo, fatores que se enfraquecem pelo processo de desmatamento.

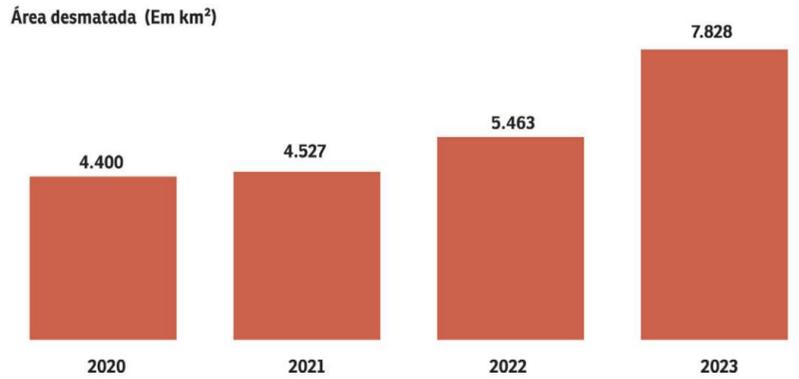
Em novembro de 2023, o Ministério do Meio Ambiente lançou a quarta fase do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PP-Cerrado). A medida conta com eixos e objetivos que visam a conservação do Cerrado junto ao compromisso de desmatamento zero no bioma até 2030.

Uma das propostas trata de projeto conjunto dos Estados para o Fundo Amazônia, capitaneados pelo consórcio de governadores do Nordeste, para a integração das bases de dados de autuações, planos de manejo e autorizações de supressão de vegetação. A estruturação das informações permitirá melhor controle do que é legal e ilegal e a partir disso a fiscalização mais efetiva do desmatamento ilegal no Cerrado.

*Estagiária sob a supervisão de Michel Medeiros

Devastação

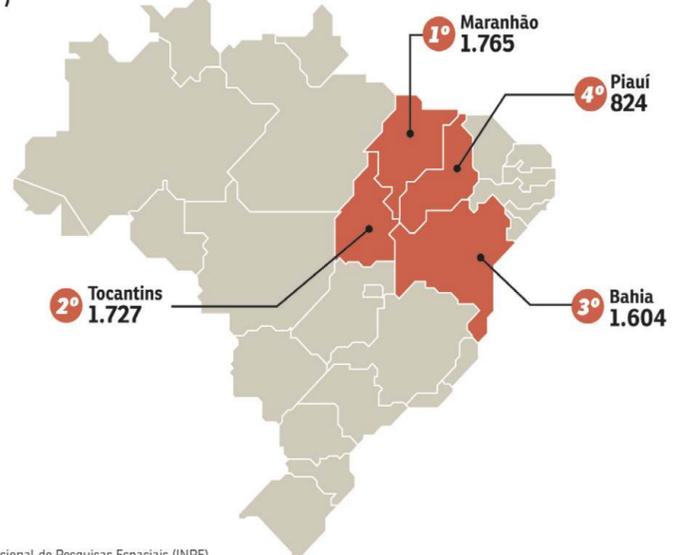
Tabela demonstrando o aumento do desmatamento do Cerrado no país ao longo dos últimos quatro anos



RANKING

Principais estados afetados pelo desmatamento em 2023

(Área em km²)



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)